

## MP elege Procurador-Geral de Justiça em 12 de novembro

A eleição para Procurador-Geral de Justiça será em 12 de novembro. Concorrem ao cargo os procuradores de Justiça Alceu Torres, Gisela Potério e Paulo Calmon. Novecentos e vinte e cinco membros do Ministério Público, incluindo promotores e procuradores

de Justiça de todo o Estado formam o colégio eleitoral. No mesmo dia, serão feitas a apuração e totalização dos votos, do interior e capital. Dos 925 integrantes do colégio eleitoral, 632 votantes são do interior do Estado, 173 promotores da capital e 120 procurado-

res de Justiça. A AMMP postulará junto ao chefe do Executivo a nomeação do candidato mais votado, tão logo seja encerrada a apuração de votos, mantendo o compromisso institucional histórico das entidades classistas congregadas na Conamp.

PÁGINA 5

## Campanha contra a corrupção envolve estudantes em Uberaba

Sob a coordenação do Promotor de Defesa do Patrimônio Público José Carlos Fernandes Júnior, a campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, chegou, em sua primeira fase, a mais de 6,5 mil alunos de 34 escolas públicas da rede estadual de Uberaba, que foram envolvidos pela boa ideia de que vale a pena ser honesto. Em 5 de outubro, a segunda fase foi iniciada na rede pública municipal. Segundo José Carlos, o que se pretende é estimular nas crianças e jovens as boas práticas e os bons hábitos que fazem o mundo mais solidário e as relações entre as pessoas mais cordiais e gostosas. A campanha vai até dezembro.

PÁGINA 4

## Associação realiza mais uma edição da Agenda Cultural

A sexta edição da Agenda Cultural da AMMP foi realizada em 1º de outubro na cidade de Uberaba, Triângulo Mineiro, com reunião coordenada pelo presidente Rômulo Ferraz e com palestra na Uniube proferida pelo Promotor de Justiça Marcelo Milagres sobre a “Nova Dinâmica dos Direitos Reais e o Ministério Público”. Com a Agenda Cultural, a AMMP “investe mais no atendimento às regionais no interior”, uma das principais metas desta gestão”, destaca Ferraz, que apresentou os avanços e as melhorias

nas questões administrativas da Associação, prestou esclarecimentos sobre tramitação de PECs e projetos de interesse do MP no Congresso Nacional, as ações junto à Procuradoria-Geral em matéria remuneratória, além do posicionamento da AMMP junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Congresso Nacional em defesa das prerrogativas da categoria. A AMMP já levou a Agenda Cultural a Juiz de Fora, Pouso Alegre, Passos, Uberlândia e Varginha. A próxima edição será em Governador Valadares em novembro.



NEUZA DAS GRAÇAS

## AMMP requer reconhecimento e contagem de tempo ficto

Foi encaminhado ofício à Procuradoria-Geral de Justiça ratificando requerimento da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) para reconhecimento e contagem de tempo ficto para quem ingressou no Ministério

Público em data anterior à vigência da EC 20/98. Esse tempo corresponde a acréscimo de 17% ao tempo de serviço anterior à emenda. A Procuradoria-Geral do Rio de Janeiro foi a primeira a implementar a medida, a partir do reconhecimento da Conamp.

PÁGINA 8

## Ellovitch critica projeto do novo Código Florestal

PÁGINA 9

## Ministra Carmen Lúcia é homenageada pela AMMP

PÁGINA 14

# Eleição movimentou o Ministério Público mineiro

Esta edição de nosso informativo confere especial abordagem à deflagração do processo sucessório para o cargo de Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais. O momento é adequado à apresentação de propostas pelos postulantes e, sobretudo, para a discussão pela classe dos relevantes temas que nos dizem respeito aqui em Minas Gerais e em nível nacional. Na esteira dessa convicção, a AMMP fará realizar nos próximos dias debate entre os candidatos, a ser veiculado por meio eletrônico para todo o Estado, além de possibilitar, neste informe, a apresentação pelos candidatos da síntese de suas proposições.

Além do relato da continuidade de nossas atividades culturais, destacamos a veiculação de matérias que



retratam as postulações realizadas no interesse dos associados, entre elas, a perspectiva da contagem, para efeitos de aposentadoria, de tempo ficto, correspondente a 17% sobre o tempo de serviço averbado anteriormente à vigência da EC 20/98, que deverá beneficiar inúmeros associados, mitigando os efeitos deletérios

das reformas previdenciárias havidas.

A intervenção da AMMP, por solicitação de diversos associados, na tramitação de matéria administrativa no âmbito da Polícia Judiciária, de igual forma, está aqui retratada. Em se tratando de matéria em tramitação no Congresso Nacional, merecem relevo a preocupação e a prioridade estabelecida por nossas entidades, quanto à tramitação da PEC 85, já aprovada no Senado, que pretende relativizar a vitaliciedade nas carreiras do Ministério Público e da Magistratura. A atuação profissional e a produção intelectual dos colegas associados têm espaço de destaque nesta edição, com relevantes temas como o novo Código Florestal, Planejamento Estratégico e Lei da Ficha Limpa.



Rua Timbiras, 2928  
Barro Preto  
30140-062  
Belo Horizonte/MG  
ammp@ammp.org.br  
www.ammp.org.br

O AMMP Notícias é uma publicação da Associação Mineira do Ministério Público

## Presidente

Rômulo de Carvalho Ferraz

1º vice-presidente:  
Regina Rodrigues Costa Belgo

2º vice-presidente  
Érika de Fátima Matozinhos Ribeiro Lisboa

3º vice-presidente  
José Silvério Perdigão de Oliveira

4º vice-presidente  
Gilberto Osório Resende

1º diretor administrativo  
Selma Maria Ribeiro Araújo

2º diretor administrativo  
Shirley Fenzi Bertão

1º diretor financeiro  
João Medeiros Silva Neto

2º diretor financeiro  
Marcelo de Oliveira Milagres

## Responsáveis pela edição

Jornalista responsável  
Ofélia L. P. Bhering (MG 2.289 JP)

Repórter  
Felipe Jávere (MTB 12046/MG)

Estagiária  
Bárbara Peixoto

Diagramação  
Edições Geraes Ltda.

Tiragem  
1.600 exemplares

## REACÃO

### Mudanças no Código Florestal influenciam eleitores

As posições opostas sobre a reforma do novo Código Florestal, em tramitação na Câmara dos Deputados, alteraram o capital político de dois deputados de peso: Aldo Rebelo (PC do B-SP), que encolheu 22%, e Ivan Valente (PSOL-SP), que viu crescer seu lastro em 125%. Eles defendem posições divergentes, embora os dois sejam destaques na Câmara e estejam à esquerda no espectro político.

Com os números das urnas, pode-se afirmar que o debate que mobilizou o Ministério Público bra-

sileiro e chegou à sociedade, causou forte impacto nas votações. Para isso basta que sejam comparados os votos recebidos por cada um deles há quatro anos e agora, segundo o site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em 2006, Aldo teve 169.621 votos e Ivan, 83.719 eleitores. Nesta eleição, a situação se inverteu: Aldo chegou a quase 133 mil votos, contra os 189 mil de Ivan. Aldo está 22% menor em comparação à situação de 2006 e Ivan 126% maior, embora ambos tenham sido reeleitos com as maiores votações

de seus partidos em São Paulo.

Analistas políticos esperavam que Aldo tivesse expressiva votação de eleitores do agronegócio, e não acreditavam na perda grande de votos em sua base tradicional. Esses eleitores podem ter se juntado aos que não concordam com as mudanças na legislação ambiental e somado votos para Ivan Valente. Segundo os cientistas, ainda é cedo para uma análise mais profunda, mas é possível que isso seja mesmo reação à tentativa de mudança no Código.

## A tramitação

O texto do relator Aldo Rebelo foi aprovado, por 13 votos a 5, pela Comissão Especial criada na Câmara dos Deputados para discutir a reformulação do Código Florestal. A matéria passará pelos plenários do Congresso Nacional, antes de ser eventualmente sancionada pela presidente da República, mas causa polêmica entre produtores rurais e militantes sociais e ambientais.

O novo texto anistia quem cometeu infrações ambientais, isenta propriedades de até quatro módulos fiscais (cerca de 400 hectares na Amazônia) de refazerem as reservas desmatadas e reduz a faixa mínima de mata ciliar, que deve ser preservada à beira de cursos d'água, entre outros pontos. Proíbe também novos desmatamentos por cinco anos, algo de difícil cumprimento.

Aldo Rebelo foi um dos 13 e Ivan Valente, um dos 5.

## Nota Técnica

Em 15 de setembro, o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (AMMP), Rômulo Ferraz, e o coordenador do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do MP de Minas Gerais, Luciano Badini, compareceram ao Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e entregaram Nota Técnica contra as alterações no Código Florestal (PL 1876 /1999), durante reunião ordinária.

Essa nota será encaminhada aos deputados em Brasília tão logo o projeto volte à pauta.

# Associação promove Agenda Cultural em Uberaba

O presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Rômulo Ferraz, coordenou em Uberaba, no dia 1º de outubro, a sexta edição da Agenda Cultural. Na abertura da reunião de trabalho, na Sede das Promotorias, Ferraz destacou que “investir mais no atendimento às regionais no interior” é uma das principais metas de sua gestão.

O presidente da AMMP apresentou os avanços e as melhorias nas questões administrativas da Associação, como folha de pagamento e custos nas colônias, prestou esclarecimentos sobre tramitação de

PEC's e projetos de interesse do MP no Congresso Nacional, como o projeto que trata das férias da Magistratura e do Ministério Público, a possibilidade de retorno do ATS (Adicional por Tempo de Serviço), as ações junto à Procuradoria-Geral em matéria remuneratória, além do posicionamento da AMMP junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao



NEUZA DAS GRAÇAS

Congresso Nacional em defesa das prerrogativas da categoria.

A AMMP já levou a Agenda Cultural a Juiz de Fora, Pouso Alegre, Passos, Uberlândia e Varginha.

## Palestra na Uniube destaca dinâmica dos direitos reais do Ministério Público

À noite, o Promotor de Justiça Marcelo Milagres falou sobre a “Nova Dinâmica dos Direitos Reais e o Ministério Público” em auditório lotado na Universidade de Uberaba (Uniube). A partir de vários casos concretos, Marcelo expôs uma instigante visão das relações jurídicas em que o domínio se apresenta como foco. Destacando as diretrizes do Código Civil brasileiro da eticidade, operabilidade e socialidade, apontou o Ministério

Público como fundamental na realização da função socio-econômica da posse e da propriedade.

A preocupação com a regularização fundiária e a urbanização também foram objeto de profundas reflexões, sobretudo considerando o diálogo do Código Civil com o Estatuto da Cidade. Segundo Marcelo Milagres, valendo-se de lições do direito francês, italiano e alemão, é preciso bem contextualizar os conflitos jurídicos,

estudá-los a partir de uma perspectiva estrutural-funcional, sem perder o foco na promoção dos legítimos interesses existenciais.

A conferência inaugurada pela fala do presidente da AMMP, Rômulo Ferraz, e da diretora da Faculdade de Direito da Uniube, professora-doutora Andréa Queiroz Fabri, foi acompanhada por vários promotores de Justiça, procuradores de Justiça e da República, advogados, professores e estudantes.



NEUZA DAS GRAÇAS

■ MARCELO DE OLIVEIRA MILAGRES é doutor, mestre e bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor de Direito Civil da Faculdade de Direito Milton Campos. Publicou, em 2006, o livro *Direito Econômico dos Contratos* e, em 2008, pela editora Forense e em co-autoria, a obra *A LICC e o Código Civil de 2002*.

# Jovens de Uberaba dão exemplo na luta com a corrupção

É um grande sucesso a campanha “O que você tem a ver com a corrupção?”, deflagrada no Estado de Santa Catarina e que chegou às escolas públicas de Uberaba em 1º de setembro, coordenada pelo Promotor de Defesa do Patrimônio Público José Carlos Fernandes Júnior. Mais de 6,5 mil alunos dos ensinos Fundamental e Médio de 34 escolas da rede pública estadual foram envolvidos pela boa ideia de que vale a pena ser honesto. A segunda fase teve início em 5 de outubro nas escolas da rede municipal, informa José Carlos Fernandes. A campanha vai até dezembro. O projeto foi apresentado em julho à Procuradoria-Geral de Justiça, adaptado às particularidades locais.

O que se pretende, segundo José Carlos Fernandes, é estimular entre crianças e jovens as boas práticas e os bons hábitos que fazem o mundo mais solidário, e as relações entre as pessoas mais cordiais e gostosas. A campanha vai muito além da política, complementa ele, porque a corrupção está em toda parte.

São parceiros da campanha a Câmara Municipal de Uberaba, a Superintendência Regional de Ensino e a Secretaria Municipal de Ensino de Uberaba, além de 50 jovens, de oito a 21 anos, integrantes da Casa de Lowtons,

Capítulo DeMolay e Bethel (Filhas de Jó), entidades paramaçônicas de Uberaba. Essas crianças e adolescentes são os multiplicadores da campanha.

“Sem esses jovens Lowtons, DeMolays e Filhas de Jó, que levam o nome do MP às escolas e reforçam a boa mensagem que é bom ser do bem, que cada um pode fazer sua parte e que bons exemplos são espelho para todos, seria impossível realizar esse trabalho”, avalia José Carlos Fernandes. Eles foram preparados durante o mês de agosto para levar adiante a empreitada.

Depois de apresentado o vídeo institucional aos alunos, os jovens fazem palestras, alertando para pequenas ações que parecem inofensivas, traduzindo aparentemente só esperteza, mas que são semente da corrupção, como furar filas, pagar preço menor por um produto sem nota fiscal, dentre outras. Esclarecem também que a corrupção não está ligada somente à política.

Segundo, José Carlos Fernandes Júnior, a mobilização e o envolvimento dos jovens é tão



Promotor José Carlos Fernandes Júnior

grande que alimentam nele a certeza de que a sociedade está evoluindo. “Crianças e adolescentes são terreno fértil para a boa semente”, enfatiza.

Ao final do encontro, cada aluno recebe uma cartilha que leva para a família, tornando-se também multiplicador do projeto.

## AMMP celebra convênios com clubes de tiro



BARBARA FERREIRO

Rômulo Ferraz e Maria Inês Miranda, da Polícia Rodoviária Federal

### Clube de Tiros

O convênio com o Clube de Tiros do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais foi celebrado em 20 de agosto por Rômulo Ferraz e a presidente do Clube de Tiro, Maria Inês Miranda Mendonça. Oferece tabela diferenciada para os associados da AMMP em

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) celebrou convênios com o Tiro Urbano Clube de Tiro e o Clube de Tiro do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado de Minas Gerais, visando à franquia do acesso às instalações dos clubes a procuradores e promotores de Justiça para cursos e treinamentos, com descontos nos preços dos serviços oferecidos. Com o Tiro Urbano, o convênio foi assinado em 14 de setembro pelos presidentes da Rômulo Ferraz e Alexis Ribeiro Pettersen.

O Tiro Urbano oferece cursos

de tiro, segurança e manuseio de arma de fogo, básico e intermediário.

Para a utilização do estande de tiros, que deve ser previamente agendada, é necessário apresentação de certificado de conclusão de curso de tiro, ministrado por

básico, intermediário, avançado e preparatório para porte de armas; Técnicas Israelenses – níveis II, III, IV, V, VI e Personal Defense. Promove também cursos de comportamento e segurança (urbano, rural, feminino e antissequestro).

A anuidade é R\$ 300,00 e os preços dos cursos variam de R\$ 280,00 (básico) a R\$ 450,00 (técnicas israelenses de tiros e comportamento). Esses preços são destinados a associados, assim como a munição.

O Clube fica na Rua Marília de Dirceu, 123, Lourdes, em Belo Horizonte.

instituição reconhecida.

O Clube de Tiro tem sede na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, Bairro Califórnia, em Belo Horizonte.

Os interessados devem procurar Ednéia no setor de convênios da AMMP.

# Eleição para Procurador-Geral de Justiça será em 12 de novembro

O processo de renovação da chefia do Ministério Público de Minas Gerais foi deflagrado com as inscrições dos postulantes ao cargo de Procurador-Geral de Justiça. Concorrem os procuradores de Justiça Alceu José, Gisela Potério e Paulo Calmon, em pleito que se realizará em dois momentos, consistindo o primeiro na votação pelos promotores de Justiça que atuam no interior do Estado, por via postal. O segundo, na votação pelos membros da capital, na sede da PGJ, em 12 de novembro.

O Colégio Eleitoral é formado

por 925 integrantes ativos da carreira, sendo 632 promotores do interior do Estado, 173 promotores da capital e 120 procuradores de Justiça.

Embora o regramento constitucional preveja a escolha do Procurador-Geral de Justiça pelo governador do Estado, dentre os integrantes da lista tríplice, a Associação Mineira do Ministério Público, mantendo compromisso institucional histórico das entidades classistas congregadas na Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), postulará junto ao chefe do Poder Executivo, tão logo encerrada

a apuração dos votos, a nomeação do candidato mais votado.

O prazo legal para nomeação de um dos componentes da lista é de 15 dias. O escolhido ocupará o cargo no biênio 2011/2012.

Compõem a comissão designada para conduzir os trabalhos da eleição José Pontes Júnior, Francisco Márcio Martins Miranda Chaves e Darcy de Souza Filho, como membros titulares, e ainda pelos promotores de Justiça Franklin Higino Caldeira Filho, Marcelo Mattar Diniz e Paulo Roberto Santos Romero, como suplentes.

DIVULGAÇÃO



▲ Alceu Torres

PEDRO ZORZALL



▲ Gisela Potério

PEDRO ZORZALL



▲ Paulo Calmon

## Interior e debate

No interior, os votos poderão ser postados tão logo seja recebido o material eleitoral, que será encaminhado em 28 de outubro. A apuração será no mesmo dia da votação na capital.

Na eleição do Ministério Público Estadual, o voto é obrigatório. O eleitor pode votar em até três candidatos, podendo optar por um único concorrente ou ainda escolher dois nomes. Há tam-

bém as alternativas de voto em branco ou de anulação da cédula.

A lista tríplice será encaminhada ao governador do Estado no primeiro dia útil posterior à apuração dos votos. O prazo legal para nomeação de um dos componentes da lista é de 15 dias. O escolhido ocupará o cargo no biênio 2011/2012.

No dia 25, às 10 horas, a AMMP

promoverá debate entre os candidatos, no auditório da sede, na Rua Timbiras, 2.928, Barro Preto. Na página 6, cada candidato apresenta seu Programa de Gestão.

No dia 8 de outubro, a Procuradora de Justiça Maria Odete Souto Pereira, decana do MP, assumiu a chefia da PGJ, em substituição a Alceu Torres nesse período de transição.

## Prezados colegas,

Dentre todas as instituições que merecem o verdadeiro respeito da sociedade, o Ministério Público ocupa um lugar preene, construído, ao longo das décadas, pelo trabalho incansável de homens e mulheres imbuídos de um mesmo espírito de luta em favor da justiça, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável.

Tenho orgulho de ter participado das recentes conquistas do Ministério Público, com o engajamento daqueles que sempre pautaram sua trajetória funcional voltados para as questões cruciais que sempre animaram a história da Instituição.

Tendo ingressado, há mais

de 20 anos no Ministério Público, tive a honra de exercer a função de Procurador-Geral de Justiça nos últimos dois anos, após uma trajetória de atuação que englobou todas as entrâncias e instâncias, assim como todas as vertentes institucionais, inclusive na Administração Superior.

Essa experiência acumulada me permite afirmar que a manutenção dos direitos e prerrogativas conquistados pelo Ministério Público a partir de 1988 exige uma atuação séria e efetiva do Procurador-Geral, fundada na preocupação em assegurar, a cada membro, em sua difícil faina diária, a paz e a tranquilidade imprescindíveis

para uma atuação justa, efetiva e transformadora da realidade social conforme os princípios ditados pela Constituição.

Não foi outra, nos últimos seis anos, a meta-síntese de atuação da Procuradoria-Geral de Justiça. Perseguir a justiça, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável através de uma atividade transformadora do órgão ministerial exigiu o constante e cada vez mais intenso aprimoramento da qualidade de vida profissional do membro do Ministério Público, com especial atenção para a política



remuneratória e para a infra-estrutura das Promotorias, sem descuidar do tratamento isonômico nos mais diversos âmbitos da Instituição, e apesar das dificuldades econômicas que vivenciamos.

Com a estabilidade auferida, foi possível planejar, sem intuição e improviso, mas com absoluto profissionalismo, um caminho seguro e brilhante para nossa instituição, que já começamos a trilhar e, com a ajuda de todos, continuaremos trilhando.

Um forte abraço,

**Alceu José Torres Marques**

## Caros colegas,

Ao tomar a decisão de me candidatar ao cargo de Procurador-Geral de Justiça, mesmo sem ter um grupo me apoiando, não me senti só. Do contrário, ainda que possam alguns denominar esse ato de insano por esse motivo, creio que qualquer um dos membros do Colégio de Procuradores, como eu, que se enquadre nos requisitos legais tem capacidade de ser candidato.

Da mesma forma que me candidatei aos diversos cargos desde que ingressei na Carreira do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, inscrevendo-me para comarcas que jamais cheguei a conhecer, também naquele momento estava só e assumi todo o risco com o mesmo pensamento: me comprometo a assumir os encargos que me forem de direito.

Há vinte anos fui aprovada e, de lá para cá participei de

muitos debates internos da classe que me fizeram adotar posturas críticas e, por vezes, me contrapor a outras ideias.

Por vezes afirmo que qualquer um que pelo simples ato de se dispor a candidatar ao cargo de Procurador-Geral de Justiça merece de pronto meu reconhecimento pela coragem. Coragem nunca me faltou para assumir minhas crenças e expor meus pensamentos. Por vezes fui mal compreendida, mas preferi pecar pela ação e nunca pela omissão.

Eu me disponho com esse ato a debater o futuro institucional. O que penso muitos sabem, sou ciente de meu tempo e cumpridora de minha função. Continuo sendo um órgão de execução até hoje. Não regateio com a defesa da sociedade e sou leal ao



cumprimento do decálogo que jurei ao assumir meu cargo em 7 de janeiro de 1991.

Entendo que não preciso ter uma orla de colegas que penssem como eu, mas necessito que todos pensem na eleição ao Cargo de Procurador Geral de Justiça como um momento de recomeço, de novas conquistas sem deixar que aquelas alcançadas nos sejam arrancadas por desaviso.

Dessa forma, inauguro novo estilo de candidatura. Disponho-me a representar a Instituição do mesmo modo que até hoje fiz no exercício de minhas funções.

Não é necessário deixar minhas atividades cotidianas para estar ao lado dos colegas, talvez em atitude de constrangimento com pedido de voto.

Sei que todos quando precisaram de minha intervenção funcional para apoiá-los me encontraram trabalhando, pois é aqui que estarei, até porque o prazo para a campanha é por demais exíguo, apenas 36 dias, dos quais cinco são feriados e se avizinha o 2º turno das acirradas eleições presidenciais.

Assim, não serei hipócrita em fingir que visitei a todos quando apenas privilegiaria alguns. Embora para alguns possa parecer descaso, tal postura demonstra meu respeito pelo trabalho de todos que sei é imensurável e não pretendo interrompê-lo.

Creio nas pessoas e em seus ideais, na união de esforços pela concretização de metas e na capacidade de dignamente representar meus pares.

**Gisela Potério Santos Saldanha**

## Caríssimos colegas,

Inicialmente, registro minha alegria pela oportunidade propiciada pela nossa AMMP para exposição de uma síntese das motivações de nossa candidatura ao cargo de Procurador-Geral de Justiça e das linhas mestras de nossa proposta de gestão. A experiência angariada ao longo de 19 anos de carreira dentro do Ministério Público, com o exercício de importantes órgãos de execução, participação em colegiados e desempenho de mandatos nas entidades de classe, me trouxeram a segurança e o entusiasmo

necessários à aceitação do desafio lançado por diversos colegas, fator decisivo para consolidação de minha candidatura, que longe de representar uma postulação de ordem pessoal, traduz a expressão da participação e união de vários segmentos político-institucionais. Já nos primeiros contatos firmados com os colegas nas viagens realizadas neste processo eleitoral, pude perceber a preocupação determinada pela ambiência político-administrativa existente, marcada pela sistemática postergação de decisões e projetos ou mesmo pela in-

xistência destes. Nesta manifestação preliminar, desejo ratificar os compromissos centrais de regionalização dos órgãos auxiliares (CAOs); de restabelecimento da sistemática de compensação de plantões de finais de semana, feriados e medidas urgentes; de mudanças legislativas para elegibilidade de promotores de Justiça para os cargos diretivos da Instituição; do restabelecimento de efetivo planejamento institucional voltado às atividades finalísticas



do MP; de adequação dos quadros auxiliares de servidores e estagiários remunerados para atendimento aos órgãos de execução em primeira e segunda instância e da concepção e execução de uma política remuneratória para quitação dos créditos em atraso reconhecidos aos membros da Instituição, num prazo entre 12 e 60 meses. Para tanto, conto com sua participação e os indispensáveis apoio e voto.

**Paulo Calmon**

# Votos em fichas-sujas foram anulados

BÁRBARA PEIXOTO

As eleições aconteceram sob a égide da Lei da Ficha Limpa. Prevaleceu o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de 18 de junho, que a Lei 135/2010 valeria para as eleições deste ano. Votos em candidatos ficha-suja, com registro indeferido, seriam considerados nulos, alertou o Tribunal. Ainda que tenha havido recurso contra a impugnação, os votos recebidos por eles não seriam contabilizados nem para o candidato nem para o partido.

Apesar de não serem divulgados como válidos, esses votos serão contados e informados aos candidatos para o caso de a Justiça Eleitoral - no julgamento final - deferir a candidatura desses políticos. O TSE reconhece que a ação pode modificar o resultado das eleições.

São Paulo lidera o ranking de candidatos a deputado federal barrados pela Ficha Limpa: são 13 no total, entre eles o ex-governador Paulo Maluf, do PP, cuja candidatura foi rejeitada pelo Tribunal Regional Eleitoral em agosto. Maluf foi condenado em abril por improbidade administrativa. Como ele ainda recorre da decisão, sua foto apareceu nas urnas no dia 3.



▲ Promotor de Justiça Édson de Resende

## Cadeira vazia no STF definiu resultado

Em 23 de setembro, os ministros do STF deram início ao julgamento do primeiro caso de político barrado pela lei, e um dos mais ilustres ficha-suja, o candidato ao Governo do Distrito Federal Joaquim Roriz. A decisão valeria para outros casos semelhantes. O julgamento foi interrompido com empate, Roriz renunciou, e o processo foi extinto sem julgamento do mérito.

Segundo o coordenador do Centro de Apoio Operacional Eleitoral (Cael), Promotor de Justiça Édson de Resende, o Supremo espelha bem o meio jurídico, onde há duas linhas de pensamento bem equilibradas, uma a favor e outra contra a vigência da lei nestas eleições. "A decisão, no entanto, seria diferente, a favor ou contra a vigência da lei nestas eleições, se o STF não estivesse com uma cadeira vazia", destacou.

Por causa da renúncia de Joaquim Roriz a sua candidatura ao Governo do Distrito Federal, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou extinto, sem análise do mérito, o processo que deu origem ao Recurso Extraordinário (RE) 630147. O RE foi ajuizado pela de-

fesa de Roriz no Supremo.

Votaram pela extinção do processo sem a análise do mérito os ministros Marco Aurélio, Dias Toffoli, Gilmar Mendes, Ellen Gracie, Celso de Mello e o presidente, ministro Cezar Peluso. Votaram somente pela prejudicialidade do recurso, por perda superveniente do objeto, os ministros Carmen Lúcia, Carlos Ayres Britto, Ricardo Lewandowski e Joaquim Barbosa. Segundo os ministros, o reconhecimento da repercussão geral quanto à matéria referida na alínea "k" do inciso I do art. 1.º da LC n.º 64/90 (com a redação dada pela LC n.º 135/2010 - a chamada Lei da Ficha Limpa) fica mantido, valendo para quaisquer outros recursos que versem sobre a mesma matéria.

O objeto do recurso era o deferimento do registro da candidatura de Joaquim Roriz ao cargo de governador do DF. No dia 24 de setembro, por causa da indefinição sobre sua candidatura, depois da interrupção do julgamento, Roriz desistiu da candidatura e indicou sua mulher Wesliam Roriz para seu lugar na chapa.

## Ficha Limpa é resultado de iniciativa popular

A Lei da Ficha Limpa (Lei nº 135/2010) impede a candidatura de políticos condenados por um colegiado da Justiça. Fica inelegível, por oito anos, a partir da punição, o político condenado por crimes eleitorais (compra de votos, fraude, falsificação de documento público), lavagem e ocultação de bens, improbidade administrativa, entre outros. Foi sancionada em 4 de junho pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. São inelegíveis também todos aqueles que renunciaram para escapar da cassação e os cassados pela Justiça Eleitoral por irregularidades cometidas nas eleições de 2006.

O projeto é resultado de iniciativa popular que obteve em abaixo-assinado 1,6 milhão de assinaturas. O documento foi protocolado em setembro de 2009 na Câmara.

# Associação requer à PGJ contagem de tempo ficto

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP) encaminhou ofício ao Procurador-Geral de Justiça, ratificando requerimento formulado pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) aos procuradores-gerais de Justiça, em reunião conjunta do dia 23 de setembro, em Salvador, Bahia, objetivando o reconheci-

to do tempo ficto.

O que se pretende é o reconhecimento aos membros do Ministério Público do sexo masculino, que ingressaram na instituição em data anterior à vigência da EC 20/98, do recebimento do denominado tempo ficto, que correspondente a acréscimo de 17% ao tempo de serviço anterior à EC, de acordo

com previsão do seu artigo 8º, nos termos de decisão proferida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no Pedido de Providências nº 2009.10.00.005125-0.

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi a primeira a implementar a medida a partir do reconhecimento da Conamp.

## AMMP pede revogação da Recomendação nº 01 da Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária

A Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), em ofício encaminhado no dia 28 de setembro ao secretário de Estado da Defesa Social (Sedes), pede revisão da Recomendação nº 01 da Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária, que “dispõe sobre recomendação das chefias de departamentos referente à formalização e padronização no recebimento de documentos oriundos da Justiça com interpretação da autoridade policial e vícios ou ilegalidades em seu contexto, de acordo com a ordem constitucional e infraconstitucional vigentes”.

Foi encaminhado também ofício ao coordenador do Centro de Apoio Operacional

das Promotorias de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário, Rodrigo Filgueira de Oliveira, sobre a preocupação da AMMP com a edição da Recomendação 01 e do encaminhamento à Sedes do pedido de revisão do documento.

Rodrigo Filgueira, em resposta à correspondência da AMMP, informa que foram suspensos os efeitos da Recomendação nº 01, conforme determinação do delegado geral de Polícia Civil, titular da Superintendência de Investigação e Polícia Judiciária, Gustavo Botelho Neto.

A Recomendação, ao menos em tese,

deixava ao critério do delegado de Polícia o cumprimento de mandado de busca e apreensão, explica Rômulo Ferraz. Conforme o documento, a autoridade policial não cumpriria a ordem judicial caso entendesse que ela era descabida. Na verdade, complementa Rômulo Ferraz, não cabe à autoridade policial (no caso o delegado de Polícia) avaliar a legalidade ou razoabilidade da ordem judicial. “A ela só resta cumprir”, destaca.

Se prosperasse o entendimento ou o determinado na Recomendação, em muitos casos, a atividade de apuração criminal ficaria prejudicada, avalia Rômulo.

## Procuradores e promotores de Justiça recebem Medalha JK

O presidente da Associação Mineira do Ministério Público (AMMP), Rômulo Ferraz e o diretor-financeiro João Medeiros foram

homenageados pelo Governo do Estado com a Medalha JK em solenidade nos dias 11 e 12, em Diamantina. Também receberam a Medalha

o ouvidor-geral do MP, Mauro Flávio Ferreira Brandão, o Procurador de Justiça Waldemar Antônio de Arimatéa e os promotores de Justiça Gilmar de Assis, Hugo Barros de Moura Lima, Adriano Dutra Gomes de Faria, Adilson de Oliveira Nascimento, Luciano França da Silveira e Marco Antônio Borges.

Também receberam a outorga a Procuradora

geral de Justiça do Distrito Federal, Eunice Pereira Amorim; o Procurador-geral de Justiça do Paraná, Olympio de Sá Sotto Maior Netto, e o Procurador-geral de Justiça de Pernambuco, Paulo Bartolomeu Rodrigues Varejão.

Criada por decreto em 1995, a medalha é entregue anualmente, desde 1996, a personalidades que prestam ou tenham prestado serviços relevantes à sociedade, contribuindo para o crescimento de instituições políticas e governamentais.

A solenidade é realizada no dia do aniversário do ex-presidente, que nasceu em Diamantina, em 12 de setembro de 1902, e morou naquela cidade até os 17 anos, quando veio para Belo Horizonte.

WELLINGTON PEDRO/IMPRESA MG



▲ Solenidade de entrega das medalhas foi realizada em Diamantina

# As graves consequências do Novo Código Florestal

O Direito Ambiental brasileiro firma-se em três pilares: a Constituição Federal, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6938/81) e o Código Florestal (Lei nº 4771/65). Esta fundação sólida permitiu que nosso instrumental jurídico ambiental fosse considerado um dos mais avançados do mundo. A implosão de qualquer desses pilares pode acarretar a ruína de toda a estrutura.

Éis que é aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, no dia 6 de julho de 2010, o substitutivo de Projeto de Lei nº1876/99, o alardeado “Novo Código Florestal”. Em clara ofensa ao Princípio Internacional de Proibição do Retrocesso Ecológico, o projeto de relatoria do deputado Aldo Rebelo acarreta a regressão de diversos instrumentos legais de proteção do meio ambiente. Fundamentado por sofismas e pelo temor xenofóbico do “estrangeiro”, o Brasil caminha para ser o primeiro país democrático a aprovar lei pela redução da proteção ambiental. Mais um triste título que não queremos ostentar.

O risco de inundações e desabamentos, bem como as ameaças à segurança e ao bem-estar da população, ficam evidentes quando o projeto de lei reduz as áreas de preservação ao longo dos cursos d'água dos atuais 30 metros para 15 metros de faixa marginal, demarcadas a partir do leito menor do curso d'água. Com isso, será permitida a ocupação de extensas áreas inundáveis. Um país castigado por recentes tragédias decorrentes de enchentes não deveria sequer cogitar essa possibilidade.

O Projeto de Lei 1876/99 retira a proteção dos topos de morro e de terras acima de metros de altitude. Reportamo-nos às perdas humanas causadas por desabamentos de morros no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, no início do presente ano, para provar que deveríamos buscar a aplicação concreta da legislação atual ao invés de abandoná-la.

Também trará graves consequências a dispensa a obrigação de manutenção de Reserva Legal em imóveis com até quatro Módulos Fiscais. Reserva legal é um percentual de vegetação nativa que deve ser mantido em cada posse ou propriedade. A suposta justificativa para essa hipótese de inexigibilidade de Reserva Legal seria a proteção à pequena agricultura familiar. Todavia, o supramencionado dispositivo legal não faz qualquer referência à condição socio-econômica do beneficiário da dispensa. A Lei 4771/65 já traz providências diferenciadas para a agricultura familiar. O

que precisamos é garantir sua aplicação prática, sem abandonar a proteção de maneira irrestrita. Na verdade, o projeto do deputado Aldo Rebelo está estimulando o fracionamento de propriedades de riquíssimos empreendedores que passarão a se beneficiar de importantes recursos ambientais, deixando o prejuízo para ser arcado pela sociedade.

O “Novo Código Florestal” propõe o cômputo da área de preservação permanente no percentual de Reserva Legal de cada imóvel. Qualquer estudo cuidadoso sobre o tema levará à conclusão de que a Área de Preservação Permanente e a Reserva Legal exercem funções diferentes, porém complementares. Enquanto a Área de Preservação Permanente desempenha primordialmente as funções de preservação de áreas e ecossistemas frágeis, a Reserva Legal presta-se à conservação de vegetação e fauna nativa, representativas do bioma em que estão localizadas (floresta, cerrado, campos etc). A Área de Preservação Permanente e a Reserva Legal integram um mosaico de proteção de serviços ecológicos como abrigo de fauna, polinização, manutenção da biodiversidade, estoque de carbono e regulação do clima.

Além de implicar grave retrocesso na proteção ambiental referente a situações futuras, o substitutivo do Código Florestal se presta a anistiar desmates ilegais e degradações ambientais causadas até 22 de julho de 2008. O projeto em foco defende não só a proibição de autuações e a suspensão de multas e sanções administrativas, como também a consolidação das ilicitudes cometidas até a referida data, sem necessidade de recuperação das áreas degradadas. Assim, a legislação pátria estará premiando todos aqueles que descumpriram legislação vigente e penalizando todos os empreendedores que arcaram com os ônus decorrentes do cumprimento da função socioambiental da propriedade. O resultado prático será o estímulo à concorrência desleal, o descrédito das instituições públicas, o impedimento da regeneração de ecossistemas impactados e a perpetuação da degradação

e da perda de recursos ambientais.

Eventual aprovação do projeto do deputado Aldo Rebelo contribuirá para o aquecimento global. Segundo estudo elaborado pelo Greenpeace e pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), a aprovação do Novo Código Florestal poderá resultar na emissão de 25 a 31 bilhões de toneladas de carbono só na Amazônia.

Contrariando o argumento da suposta falta de áreas agricultáveis, utilizado para apoiar o Novo Código Florestal, recente estudo coordenado pela Esalq-USP mostra que o país ainda dispõe de mais de 100 milhões de hectares de áreas plenamente aptas a implantação de atividades agrícolas. Nas vastas áreas disponíveis, a associação da evolução tecnológica com manejo agrícola sustentável, além do melhor aproveitamento das culturas já implantadas, nos dão a garantia de segurança produtiva, sem necessidade de redução da proteção ambiental.

O projeto do deputado Aldo Rebelo reforça a tradição de busca por medidas simplistas e milagrosas para resolver problemas complexos. É muito mais fácil abraçar as ilegalidades cometidas e deixar de proteger e recuperar o meio ambiente do que adotar medidas que efetivamente iriam agilizar e estimular o desenvolvimento sustentável; como o adequado aparelhamento dos órgãos ambientais, a criação de estímulos financeiros, fiscais e creditícios para a preservação e o aporte de recursos estatais para a adequação das pequenas propriedades de agricultura familiar. Alegar que o Código Florestal não está sendo cumprido integralmente não é justificativa para deprecia-lo. Se adotássemos tal raciocínio, teríamos de parar de penalizar o homicídio e o tráfico de entorpecentes. As verdadeiras soluções devem ser discutidas dialeticamente, resultando em políticas públicas concretas ao invés do simples retrocesso da legislação.



ARQUIVO PESSOAL

“ A Área de Preservação Permanente e a Reserva Legal integram um mosaico de proteção de serviços ecológicos como abrigo de fauna, polinização, manutenção da biodiversidade, estoque de carbono e regulação do clima”

\* PROMOTOR DE JUSTIÇA da Comarca de Divinópolis - Coordenador Regional das Promotorias de Defesa do Meio Ambiente da Bacia do Alto São Francisco

# Planejamento estratégico: uma visão crítica

Como avaliar criticamente o processo de planejamento estratégico cuja execução foi iniciada pela administração superior do MPMG? Que cuidados devemos ter em relação às informações divulgadas durante o planejamento? Qual deve ser o grau de transparência das informações colhidas por meio de questionários, workshops, entrevistas, etc.? Há processos ideológicos, subjacentes ao método de “planejamento estratégico” que devem ser denunciados e combatidos? A contratação da empresa PricewaterhouseCoopers e o lançamento oficial do processo em setembro de 2010, durante a Semana do Ministério Público, merece nossa melhor atenção. Afinal, conforme anunciado, trata-se de definição de um modelo de gestão institucional para os próximos 13 anos, medida que afeta diretamente a atividade profissional de cada membro e servidor e, indiretamente, o cidadão exposto à atuação do Ministério Público.

Quanto à necessidade de máxima transparência, não há dúvida. Tanto a empresa contratada quanto a administração superior devem compartilhar dados, informações e conhecimento produzido, permitindo que todos tenham acesso aos resultados em tempo real. A coincidência do lançamento do projeto com o período de eleições para o cargo de Procurador-Geral de Justiça recomenda cuidado extremo com esse ponto. Os resultados apresentados em relação ao questionário aplicado, sua atualização e correspondentes análises devem estar disponíveis para consulta pelos interessados.

Outros aspectos, porém, merecem nossa reflexão crítica. São muitas as indagações que surgem a partir do evento realizado sob as tendas instaladas na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, em Belo Horizonte. Os elementos do discurso “empresarial” subjacente às idéias de planejamento e gestão estratégica não são neutros. Conforme Boltanski e Chiapello, “a literatura de gestão empresarial não é puramente técnica”. Nela, advertem os sociólogos franceses, se insere a nova configuração ideológica que sustenta o modelo de desenvolvimento hegemônico. Impregnada de prescrições morais, ela “diz aquilo que deve ser, e não o que é”, concluem, e seleciona “os casos segundo sua virtude demonstrativa – o que deve ser feito versus o que não deve ser feito – e só levam em conta os aspectos da realidade que corroborem a orientação que desejam incentivar” (Boltanski, Luc e Chiapello, Eve. O novo espírito do capitalismo. São Paulo: Martins Fontes, 2009, p. 84).

No Ministério Público, onde cada membro goza de autonomia funcional, a vontade comum deve ser construída por meio de discussão livre e honesta, num processo de construção progressiva. Sempre existe a possibilidade de manipulação nas situações em que a forma clássica de comando – dar ordens – não funciona. Boltanski e Chiapello sublinham que é nesse ambiente que se desenvolvem “práticas

destinadas a levar as pessoas a fazer por si mesmas e como que sob o efeito de uma decisão voluntária e autônoma aquilo que se quer que elas façam”. Assim, o maior desafio do planejamento estratégico será garantir que os participantes atuem conforme a chamada “gramática da autenticidade”, ou seja, “a gramática das relações espontâneas e amistosas, da confiança, do pedido de ajuda ou de conselho, da atenção ao mal-estar ou ao sofrimento, da simpatia e até do amor”, indispensáveis para assegurar adesão e consentimento dos membros (op. cit., p. 464).

Postas essas observações iniciais, registro que mantenho minha crença na necessidade de planejamento institucional. Falei sobre o tema em um evento em Pirapora, no início dos anos 90, quando Nedens era presidente da AMMP. Depois apresentei tese, sobre o assunto, em Congresso estadual realizado em 1993, insistindo na abertura de canais de participação de todas as promotoras e promotores de Justiça nos processos decisórios da instituição, por meio do plano geral de atuação. Em 1997, no Projeto Cidadania (versão pioneira do sofisticado MP Itinerante), corri o Estado anunciando a necessidade de planejamento e propondo atenção ao modelo da Agenda 21: o planejamento participativo, com o seguinte argumento: no início do século XX a ideia de planejamento era rejeitada pelos liberais e adotada de forma total pelos regimes socialistas (planificação econômica); a seguir, após a crise de 1929, o estado welfarista adota o planejamento, em moldes keynesianos, sob a tutela de tecnocratas. As duas formas fracassaram. Daí, nos anos 90, a ideia de que “um dos pré-requisitos fundamentais para alcançar o desenvolvimento sustentável é a ampla participação da opinião pública na tomada de decisões” (Agenda 21, Capítulo 23, Preâmbulo).

Por fim, participei em 2008 da elaboração do programa de ação do Procurador de Justiça Tomáz de Aquino Resende, então candidato a Procurador-Geral de Justiça. A revisão do material distribuído na campanha de Tomáz mostra que o processo ora deflagrado pela administração superior segue, em linhas gerais, o esboço traçado pelo candidato: a visão de longo prazo, com a fixação do ano de 2023 como termo; a ampla consulta, interna e externa; a necessidade de gestão profissional. As principais diferenças que noto em relação à proposta de planejamento que defendemos em 2008 é que o “projeto básico”, disponível no portal da Secretaria de Planejamento Estratégico da PGJ, dá pouca ênfase às consultas à sociedade civil, privilegiando a oitava de órgãos governamentais, estabelece um período bastante longo de debates e workshops e adota a atual estrutura dos Centros de Apoio Operacional como base para o planejamento futuro.

Desnecessário dizer que discordo dos três



pontos citados. Em primeiro lugar, por acreditar que devemos ouvir as ruas, que nossa principal aliança estratégica é com os movimentos sociais; depois, porque o processo de discussão e deliberação devem adequar-se às necessidades dos órgãos de execução, que são prementes e, por fim, porque a atual estrutura dos CAOs apresenta evidentes sinais de esgotamento e dificulta a ação administrativa. O programa de Tomáz de Aquino, que novamente invoco, reduz o planejamento da atividade-fim a apenas quatro eixos estratégicos, visando a maior articulação e integração de todas as promotorias e procuradorias. São eles: (1) Infância e Juventude, (2) Defesa Social, (3) Desenvolvimento Sustentável e (4) Direitos Humanos.

Entendo que o planejamento deve ter como horizonte o ano de 2023 para manter simetria com o planejamento do Estado de Minas Gerais, atualmente definido pela Lei Estadual n. 17.007, de 2007 (PMDI – Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado, elaborado conforme diretrizes da Constituição estadual). Não podemos ignorar o planejamento aprovado pelo Poder Legislativo estadual. Apesar disso, não estamos obrigados a recebê-lo e interpretá-lo de maneira acrítica. Pelo contrário, o papel do Ministério Público em relação ao planejamento da ação governamental é o de constante vigilância visando a garantir que as políticas públicas cumpram com suas finalidades de garantir ao cidadão o acesso aos bens e serviços, de forma igualitária e não hierarquizada. Na área da saúde, por exemplo, a maior parte das ações coletivas propostas nos últimos dez anos pelo Ministério Público visaram ao cumprimento de políticas públicas que não saíram do papel ou, na melhor das hipóteses, apresentaram distorções em sua implementação.

Por fim, concluindo este breve ensaio cuja finalidade é partilhar com os colegas algumas preocupações em torno do planejamento estratégico e dos riscos de contaminação do trabalho por processos ideológicos que tentem ocultar realidades para prescrever condutas que protegem determinados interesses, em detrimento de outros, apresento uma indagação final: como estabelecer uma política de proteção do consumidor? O PMDI, lei estadual, é omissivo em relação ao tema. Como elaborar uma política de proteção ao consumidor sem a participação de setores como agricultura, saúde, indústria e comércio, turismo, transportes, telecomunicações? Qual o papel do Ministério Público no planejamento dessa política pública?

(\*) PROCURADOR DE JUSTIÇA  
- Coordenador da Procuradoria de  
Direitos Difusos e Coletivos

# O NOVO PESSOA

**Fernando Antônio Nogueira Pessoa nasceu em Lisboa, Portugal, no dia 13 de junho de 1888, filho de Joaquim de Seabra Pessoa, crítico musical e do Teatro de Óperas de São Carlos – Lisboa – e de D. Maria Madalena Nogueira Pessoa. Morreu no dia 30 de novembro de 1935.**

O ano de 1914 é fundamental para a literatura, com o surgimento abrupto dos heterônimos, “naquele dia triunfal de 1914”, conforme narra Pessoa na famosa carta a Casais Monteiro. Como afirmou Jacinto do Prado Coelho, “cerebral e retraído, inimigo da expansão ingênua, Fernando Pessoa concebeu o projeto de se ocultar na criação voluntária, “fingindo” indivíduos independentes dele – os heterônimos – e inculcando-os como produtos dum imperativo alheio à sua vontade”. Aliás, Pessoa dizia que o poeta é um fingidor: “O poeta é um fingidor./ Finge tão completamente/ que chega a fingir que é dor/ a dor que deveras sente.” Ora, se o poeta é um fingidor, ele pode se transmutar em vários, atingindo ângulos e perspectivas diferentes, para chegar à plena realização poética. Assim, Pessoa não se contentou com um único olhar, mas, de acordo com a pertinente observação de Leyla Perrone-Moisés, temos o “olhar velado” do ortônimo, o “olhar nítido” de Caetano, o “olhar distante” de Reis e o “olhar caleidoscópico” de Campos.

O incrível é que os heterônimos não se circunscrevem aos mais conhecidos, mas, como observou o escritor italiano Antônio Tabuchi, que aprendeu português para ler Pessoa no original, existe uma verdadeira “galáxia heteronímica”: Antônio Mora, Raphael Baldaya, A. A. Crosse, Alexander Search, etc., etc.

Se não bastasse o tumulto criado pelos heterônimos, em Portugal já estão sendo publicadas, desde 1988, ano do centenário de nascimento do Pessoa, edições definitivas da obra do grande poeta, posto que as anteriores, da Ática e da Aguilar, fo-

ram consideradas amadorísticas. O incrível é que muita gente não sabe disso e continua a dizer os poemas de Pessoa de forma errada.

Uma equipe, que em Portugal se chama “equipa”, se debruça, há vários anos, sobre os mais de vinte mil papéis do poeta, que estão na Biblioteca Nacional de Lisboa, catalogados em pastas. Essa “equipa” é liderada por Ivo Castro e Cleonice Berardinelli, que lançaram Editar Pessoa, edição crítica de Fernando Pessoa, Coleção Estudos, vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990, 118 páginas, de Ivo de Castro, e Poemas de Álvaro de Campos, edição de Cleonice Berardinelli, edição crítica de Fernando Pessoa, Série Maior, vol. II, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1990, 573 páginas. As alterações efetuadas restituem a ortografia utilizada por Pessoa e passam pela mudança, inclusão ou supressão de palavras ou versos inteiros. Além da caligrafia de difícil leitura, Fernando Pessoa deixou muitas anotações à margem dos poemas, em inglês, que os editores anteriores não levaram em consideração.

Um poema que sempre intrigava os admiradores de Pessoa e que era considerado incompreensível, ficou claro com a edição crítica, como se vê abaixo. VULGATA: *Depus a máscara e vi-me ao espelho./ Era a criança de há quantos anos./ Não tinha mudado nada.../ É essa a vantagem de saber tirar a máscara./ É-se sempre a criança./ O passado que foi/ A criança./* EDIÇÃO CRÍTICA: *Depuz a máscara e vi-me ao espelho.../ Era a creança de há quantos anos.../ Não tinha mudado nada.../ É essa a vantagem de saber tirar a máscara./ É-se sempre a creança./ O passado que fica/ A creança./* *Depuz a máscara e tornei a pô-la./ Assim é melhor./ Assim sem a máscara./ E volto à normalidade como a um término de linha./* EDIÇÃO CRÍTICA: *Depuz a máscara e tornei a pô-la./ Assim é melhor./ Assim sou a máscara./ E volto à normalidade como a um término de linha./* Como se observa, na edição da vulgata havia um erro que tornava o poema incompreensível, ou seja, se ele havia tirado a máscara e tornado a pô-la, não seria possível ficar “sem” a máscara. A mudança de “sem” para “sou” fez com que o

poema ficasse claro, pois “sou a máscara” é a própria imagem do falso, que é o adulto, em contraposição com a criança, que significa a pureza.

Outro poema: VULGATA – *Vem, Noite silenciosa e extática,/ Vem envolver na noite mantobranco/O meu coração.../ Serenamente como uma brisa na tarde leve,/ Tranquilamente como um gesto materno afagando,/ Com as estrelas luzindo nas tuas mãos/ E a lua máscara misteriosa sobre a tua face./* EDIÇÃO CRÍTICA – *Vem, Noite silenciosa e extática,/ Vem envolver no teu manto leve/ O meu coração.../ Serenamente como uma brisa na tarde lenta,/ Tranquilamente como um gesto materno afagando,/ Com as estrelas luzindo (ó mascarada do Além!)/ Pó de puro no teu cabelo negro,/ E o quarto minguante máscara misteriosa sobre a tua face./*

Na versão da vulgata, vemos que a noite traz as estrelas nas mãos e a lua no rosto. Na edição crítica, a noite passa a ser a “Mascarada do Além” e sedutora com as estrelas “pó de ouro” nos cabelos negros. Além do mais, a máscara “quarto minguante” possui um apelo visual perfeito. Por último, a substituição do adjetivo “branco” por “leve” torna o clima criado mais poético e o adjetivo “lenta” torna o gesto materno mais suave (observações de Leyla Perrone-Moisés, autora do livro Fernando Pessoa – Aquém do eu, além do outro).

Muitos outros exemplos poderiam ser citados, mas o espaço de um jornal é reduzido. Como observou a autora acima mencionada, “Pessoa fez com que o português transbordasse dos limites que lhe reconheciam antes de sua passagem”.

E Fernando Pessoa continuará provocando polêmicas, pois estará sempre vivo e atento, nos exatos termos do seu poema: “NÃO DURMO, NEM ESPERO DORMIR./ NEM NA MORTE ESPERO DORMIR.”

\* PROCURADOR DE JUSTIÇA aposentado, Presidente Emérito da Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais, Presidente da União Brasileira de Trovadores em Minas Gerais



ARQUIVO PESSOA

“VULGATA: *Depus a máscara e vi-me ao espelho./ Era a criança de há quantos anos./ Não tinha mudado nada.../ É essa a vantagem de saber tirar a máscara./*

.../Depus a máscara e tornei a pô-la./ Assim é melhor./ Assim sem a máscara./ E volto à normalidade como a um término de linha./



# MP entra na briga contra proposta da aposentadoria compulsória

Os promotores e procuradores de Justiça entraram na briga contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 89, aprovada em julho pelo Senado e que acaba com o uso da aposentadoria compulsória de magistrados e integrantes do Ministério Público como forma de punição.

O presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), César Mattar Júnior, enviou, em 21 de setembro, ao procurador-geral da República e presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Roberto Gurgel, pedido para que o colegiado se manifeste publicamente contra a PEC, assim como fez o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) no fim do mês passado.

A Conamp encaminhou também nota técnica, elaborada pela entidade, contrária à proposta. Os dois documentos foram enviados ainda aos conselheiros do CNMP. No documento, Mattar Júnior pede que o CNMP também elabore nota técnica alertando sobre “as graves disposições nela (na PEC) constantes, muito particularmente em detrimento da garantia da vitaliciedade e dos riscos à independência da Magistratura”. Além de extinguir a aposentadoria compulsória da relação de punições aplicáveis aos membros do MP e aos magistrados, a PEC permite a perda de cargo dos integrantes da magistratura ou Ministério Público por decisão de dois terços dos membros do tribunal ou conselho

ao qual estiver vinculado.

Apresentada pela senadora Ide-  
li Salvatti (PT-SC), a proposta está agora em tramitação na Câmara dos Deputados, sob o número 505/10.

A nota técnica da entidade alerta para a inconstitucionalidade da PEC 89. Segundo a Conamp, a cláusula que proíbe PECs de abolir os direitos e garantias individuais da Constituição, no caso, a vitaliciedade.

“A Proposta de Emenda Constitucional debatida lesa não só a vitaliciedade em si, mas também afasta o Poder Judiciário do exercício do controle do ato que declarará a perda do cargo de juízes e integrantes do Ministério Público brasileiro, deixando a autoridade administrativa fazê-lo sem revisão ou recurso judicial”, afirma o documento.

De acordo com a nota, a PEC ainda fere o princípio da separação de poderes, tal como concebido no equilíbrio do sistema constitucional.

## Acuados

César Mattar Júnior afirma que os promotores nos estados estão apreensivos com a possibilidade de a PEC ser aprovada pelos deputados federais. Segundo ele, os membros do MP acabariam ficando acuados diante da possibilidade de serem exonerados por decisão administrativa de sete procuradores do Conselho Superior do MP estadual.

“Corremos o risco de ter uma verdadeira caça às bruxas. Se sen-

tindo vulnerável, nenhum promotor terá a mesma atuação de antes, ainda mais em uma instituição politizada como o MP”, diz. “Será um retrocesso.” O presidente da Conamp defende ampla discussão em torno da aposentadoria compulsória como medida punitiva, mas diz que não é pela perda da vitaliciedade que o problema será resolvido. “De fato, não me parece justo que um juiz ou promotor que tenha ferido princípios éticos seja apenas aposentado, mas o debate precisa ser aprofundado”, diz. Mattar Júnior acredita que a nota pública feita pelo CNMP é importante porque, “assim como o CNJ, este é um órgão imparcial, criado para atuar no controle externo do MP e, por esse motivo, tem credibilidade para se manifestar”.

Desde que a proposta foi aprovada pelo Senado, as manifestações públicas contrárias à PEC estavam concentradas em entidades representantes da Magistratura. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e a Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) declararam que irão acompanhar a tramitação da proposta na Câmara dos Deputados para impedir que ela seja aprovada.

O presidente da AMB, Mozart Valadares Pires, se reuniu com o deputado Eliseu Padilha (PMDB-RS), relator da PEC na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e sugeriu que, antes de votar a proposta, a CCJ faça audiências públicas para debater o assunto.

## Câmara só terá votações depois do segundo turno

As votações do Plenário da Câmara dos Deputados só acontecerão depois do segundo turno das eleições, em 31 de outubro. A decisão foi tomada pelos líderes do partidos no dia 5 de outubro. O Senado não se posicionou oficialmente até a data do fechamento desta edição, mas a tendência é que acompanhe a decisão da Câmara dos Deputados.

## Inconstitucionalidade da PEC

O CNJ emitiu nota técnica contrária à PEC, destacando sua inconstitucionalidade e o enfraquecimento das atuações do CNJ e do CNMP. “A proposta dá um passo atrás ao reconstruir o monopólio do controle disciplinar pela própria Magistratura, retirando do Conselho Nacional de Justiça, órgão de composição democrática, com representação do Ministério Público, da Advocacia e do Poder Legislativo, a competência para aplicar a mais grave das sanções disciplinares”, diz a nota do CNJ.

O documento menciona ainda que a

PEC 89 reduz a atuação do CNJ a partir do momento em que confere ao Conselho apenas a possibilidade de suspender temporariamente o magistrado e não mais aposentá-lo, como faz atualmente.

A aposentadoria compulsória é a maior punição administrativa que pode ser dada a um juiz ou promotor de Justiça. A decisão administrativa, no entanto, é apenas uma das instâncias na qual o magistrado é julgado. Depois de ser aposentado, ele ainda pode responder ação criminal na Justiça e perder o cargo se for condenado.



## Corregedor critica escolha política para cargo de Procurador-geral de Justiça

O corregedor nacional do Ministério Público, Sandro José Neis, defende que procuradores-gerais de Justiça sejam eleitos pelos membros do Ministério Público. Para ele, o sistema de escolha de procuradores-gerais de Justiça prejudica a liberdade e a isenção dos promotores.

O corregedor defende que é preciso tirar o viés político das escolhas e deixar que os próprios membros decidam quem serão seus representantes máximos. De acordo com o

promotor, a possibilidade de recondução ao cargo é talvez um dos principais motivos para o prejuízo dessa isenção, já que há um “desconforto” dos procuradores em agir contra o governo.

Segundo a Constituição de 1998, é o governador quem escolhe o chefe do MP em meio a uma lista tríplice, não sendo necessário escolher o mais bem votado. O procurador tem um mandato de dois anos, podendo ser reconduzido.

### Independência

Das 27 unidades federativas, segundo levantamento da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), em dez delas os governadores não escolheram os mais votados.

Conforme a Constituição, um dos três princípios institucionais do Ministério Público é justamente a “independência funcional”. Os outros são “unidade e indivisibilidade.”

## Conamp quer exercício de atividade político-partidária por membros do MP

O Conselho Deliberativo da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) decidiu que a entidade se manifestará publicamente a favor e trabalhará para que a legislação atual seja modificada para permitir o exercício de atividade político-partidária por promotores e procuradores de Justiça. A decisão é de 15 de setembro.

“As conquistas do Ministério Público alcançadas no período da Constituinte se devem, em grande parte, à represen-

tatividade da instituição no Congresso. Por isso, ênfase a necessidade de lutarmos para mudar a legislação atual e garantir o direito do exercício da atividade político-partidária a promotores e procuradores”, explicou César, lembrando que outras entidades representativas do MP e Magistratura como a Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) e a Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe) já iniciaram esse trabalho.

A proibição do exercício de atividade político-partidária por membros do MP

é estabelecida na Constituição Federal e reiterada pela Resolução nº 5 do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Atualmente, a garantia só é dada aos que ingressaram no *parquet* antes de 1988. Os demais promotores e procuradores que quiserem se candidatar precisam se desligar do Ministério Público de maneira definitiva.

Com a aprovação do Conselho Deliberativo, a Conamp trabalhará, no Congresso Nacional e no CNMP, para que a legislação atual seja modificada.

## Planejamento estratégico do CNMP começa em outubro

Em reunião dia 30 de setembro, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) discutiu processo de planejamento estratégico nacional da instituição. A presidente da Comissão de Planejamento Estratégico, conselheira Cláudia Chagas, apresentou o projeto, incluindo proposta de atividades que se iniciam neste mês. “Respeitando-se as autonomias e a independência funcional, vamos buscar metas comuns, que poderão contribuir para a maior eficiência do Ministério Público”, explicou a conselheira.

O planejamento estratégico do CNMP vai orientar as ações do colegiado até 2015. O projeto foi elaborado a partir da realização de 32 entrevistas com representantes de órgãos como Supremo Tribunal Federal (STF), Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Advoca-

cia Geral da União (AGU) e Ministério da Justiça, membros do MP, ex-conselheiros e integrantes de associações e entidades de classe como a Associação Nacional do Ministério Público (Conamp). Com as informações colhidas nas entrevistas, foram fixadas missão, visão e valores do CNMP, além de 22 objetivos estratégicos e 46 indicadores que irão mediar a consecução das metas traçadas. Também foram definidos 29 projetos estratégicos. O processo está em fase inicial de implementação.

Para o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), César Mattar Jr., “planejamento estratégico do CNMP contribuirá, em definitivo, para que o Conselho se fixe como o grande vetor para a elaboração de políticas

para o estabelecimento efetivo do caráter nacional que almejamos, e a redução das discrepâncias verificadas entre os Ministérios Públicos estaduais, e entre esses e os ramos da União. Será um marco na atuação do CNMP”, disse durante a reunião.

César destacou ainda a relevância do projeto para o Conselho, que, segundo ele, não pode ser visto apenas como um órgão de controle externo. “Com o planejamento estratégico, o CNMP se distanciará da pecha de grande corregedoria apenas, para atender às expectativas dos membros do MP e da sociedade em relação à Instituição. Também para nós que exercemos a atividade classista, o planejamento subsidiará, inclusive, nossos argumentos junto ao Parlamento, na busca de um Ministério Público ainda mais pujante”.

# AMMP presta homenagem à ministra Carmen Lúcia

A ministra Carmen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal, será homenageada pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP). A entrega da Medalha Medalha P. J. Ozanan Coelho será no dia 5 de novembro, às 17 horas. Nesse mesmo dia, às 16 horas, serão entregues os prêmios do Concurso Melhores Arrazoados Forenses e relançada a Revista JUS, no auditório. Às 22 horas, no Ilustríssimo (Rua Maranhão, 56, Santa Efigênia), será realizada a confraternização anual dos associados.

ternização anual dos associados.

Em 4 de novembro, será feita homenagem ao primeiro procurador-geral de Justiça do Ministério Público de Minas Gerais, Tibúrcio Nogueira Lima, em cerimônia no auditório da sede da AMMP, onde também será realizado o I Encontro da Procuradoria de Interesses Difusos e Coletivos, nos dias 4 e 5.

A confraternização dos Funcionários está programada para 17 de dezembro.

## Interior

Em Passos, no dia 23 de outubro, será homenageado o Promotor de Justiça José Eloy Zerbini de Faria, que se aposentará ainda neste ano.

De 12 a 15 de novembro, a AMMP participa da Semana Jurídica da Faculdade Pitágoras, de Divinópolis.

No dia 17 de novembro, a Associação levará a Agenda Cultural a Governador Valadares. Em 2 de dezembro, a promoção será em Montes Claros.

## AMMP relança Revista JUS e entrega prêmios dos Melhores Arrazoados

Suspensa por quase 11 anos, será relançada, também em 5 de novembro, a Revista JUS. Nesta fase, a revista está com novo colorido, mas os mesmos objetivos que “levaram à sua criação”, segundo o presidente do Conselho Editorial, Joaquim Cabral Netto. O que se pretende é oferecer um espaço nobre para a produção científica dos associados, “apto a fomentar o debate científico e a contribuir com o desenvolvimento das diversas atividades do Direito, mediante a difusão de ideias inovadoras e de qualidade comprovadas”, complementa. Nesta edição, poderão ser visitados artigos inéditos do professor Humberto Teodoro e Philippe Gaudra.

Do Conselho Editorial, além de Joaquim Cabral, fazem parte Regina Rodrigues Costa Belgo, Erika de Fátima Matozinhos Ribeiro Lisbôa, Shirley Fenzi Bertão e Marcelo de Oliveira Milagres.

### Arrazoados

Nesse mesmo dia, serão premiados os três primeiros colocados do Concurso Melhores Arrazoados Forenses, das áreas penal e não-penal, promovido pela Associação Mineira do Ministério Público (AMMP). Ao primeiro colocado de cada área caberá inscrição, passagem, traslado e hospedagem, com direito a acompanhante, no 19º Congresso Nacional do Ministério Público. Ao segundo lugar caberá inscrição, traslado e hospedagem, sem acompanhante. Para o terceiro lugar, o prêmio será a inscrição ao congresso.

O 19º Congresso Nacional do Ministério Público será realizado de 23 e 26 de novembro de 2011, em Belém, no Pará.

## FESMP promove seminário sobre os 20 anos do Estatuto da Criança e Adolescente

A Fundação Escola Superior do Ministério Público (FESMP), em parceria com a Escola Superior da OAB-MG, promove, de 18 a 20 de outubro, o Seminário: 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente. O evento, com palestras das 19 às 21h30, terá a participação do Procurador do Estado do Paraná, Guilherme Freire de Melo Barros, dos promotores de Justiça de São Paulo Valter Kenji Ishida e Andréa Mismotto Carelli, do advogado. Rachid Silva, dos desembargadores mineiros Tarcísio Martins

Costa e Wagner Wilson.

As inscrições poderão ser feitas na FESMP, pelo telefone (31) 3295-1023, das 13 às 17 horas; ou na Escola Superior da Advocacia da OAB/MG.

Ainda, neste mês, prosseguem os módulos de Direito Público: Gestão de Pessoas, Direito Urbanístico, Políticas Públicas, Regime Próprio de Previdência Social, Arbitragem e Direito Ambiental. A programação pode ser consultada na página [www.fesmpmg.org.br](http://www.fesmpmg.org.br).

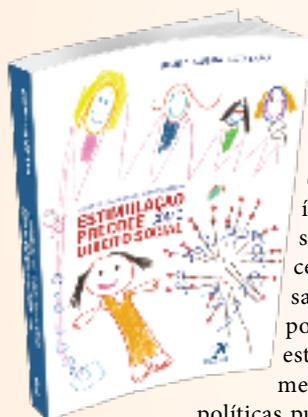
## Conferência de Direito e Economia traz a BH professores do Canadá, EUA e Colômbia

A Fundação Escola Superior do Ministério Público (FESMP) participa, de 20 a 22 de outubro, da III Conferência Anual da Associação Brasileira de Direito e Economia, com renomados palestristas nacionais e internacionais. Entre eles, destacam-se os professores Ejan Mackaay (Canadá), Sam Peltzman (EUA), Francisco Reyes Villamizar (Colômbia) e Fernando Araújo (Portugal). Serão abordados temas

de propriedade, contrato, regulação, litígio, processo e Judiciário, direito e saúde, política antitruste, mercado de capitais e análise econômica.

A FESMP obteve 20 inscrições de cortesia a serem distribuídas aos colegas que, primeiramente, inscreverem-se pelo site da FESMP ([www.fesmpmg.org.br](http://www.fesmpmg.org.br)) ou pelo telefone (31) 3295-1023, das 13 às 17 horas. A programação completa pode ser conferida no site [www.amde.org.br](http://www.amde.org.br).

## Elementos de análise para a compreensão da Estimulação Precoce como Direito Social



De Rilze Nogueira Costa Safar, assistente social da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Editora Manole. Por ser a estimulação uma medida de prevenção capaz de reduzir de modo expressivo o índice de pessoas com deficiência, Rilze se propôs a analisar a estimulação precoce como um direito social – um direito à saúde – que pode ser exigido do Estado, por meio de uma ação civil pública. Esse estudo tem como objetivo o reconhecimento da importância da implantação de

políticas públicas de prevenção, principalmente em países como o Brasil, onde a incidência de pessoas com deficiência tende a aumentar por causa da desigualdade social. Ressalta-se ainda o envolvimento decisivo do setor público em parceria com o setor privado para que tais políticas sejam eficazes.

A estimulação precoce é definida como um conjunto dinâmico de atividades e de recursos humanos e ambientes capaz de proporcionar um crescimento pleno à criança de zero a três anos considerada de risco ou com atraso no desenvolvimento.

## Sinopses para Concursos, Processo Penal



Já está na praça o volume 7 de Sinopses para Concursos, *Processo Penal, parte geral*, da Editora JUS Podivm, do Promotor de Justiça Leonardo Barreto Moreira Alves. O livro aborda as principais matérias constantes nos editais, sendo apresentado o entendimento do Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça sobre os principais pontos, além de abordar temas tratados em manuais e livros mais densos. Tem ainda questões

de concursos, quadros de atenção com partes importantes destacadas pelo autor, tabelas e esquemas diversas. As palavras-chave são marcadas em vermelho.

O livro é parte da Coleção Sinopses para Concursos, cuja meta é a preparação para concursos públicos de modo prático, sistematizado e objetivo. São contempladas também questões das principais organizadoras de concursos do país, como forma demonstrar ao leitor como o assunto foi cobrado em provas.

## Focinho Carente encaminha cães para adoção em Oliveira

Para defender, proteger, acolher e servir de ponte para adoção de animais abandonados foi criada há quatro anos, em Oliveira, no Centro-oeste do Estado, a Focinho Carente. Foi uma denúncia de maus-tratos que reuniu um grupo de mulheres da cidade em defesa da causa. Segundo a presidente Maria Isabel Barbosa Peres, a instituição tem apoio da Prefeitura e de cidadãos oliveirenses, mas isso não é suficiente para cuidar dos mais de 230 animais atendidos por ano. Qualquer pessoa pode contribuir através de depósito bancário, medicamentos, ração, material de construção, madeira, casinhas, cobertores, material de limpeza, além de adotar um cão.

Segundo a diretora Cida Sousa, responsável pelo cuidado e auxílio veterinário, alguns cães estão na instituição desde seu primeiro mês de vida. A média anual de entrada gira em torno de 230 animais; destes, em média, 170 são adotados.

O maior trabalho feito pela ONG é a castração de cães e gatos.

“São mais de 150 animais castrados”, complementa Cida Sousa. A WSPA do Brasil, a quem a Focinho Carente é associada, patrocinou a instalação da nova sala cirúrgica, destinada a campanhas de castração recentemente. Esse serviço ampliado beneficiará animais do município e das redondezas.

Uma dos principais objetivos da Focinho Carente é “minimizar o sofrimento dos animais de rua, dando-lhes um lar”, diz Maria Isabel Barbosa Peres. “Também é nossa missão, colaborarmos para a divulgação da posse consciente, trazendo informações importantes a todos aqueles que têm a alegria de possuir um ‘melhor amigo.’”

Para ajudar a Focinho Carente, pode-se depositar qualquer quantia na conta bancária Banco Itaú - Agência 3060 - C.C 17140-6 - Organização N.G.S. Focinho Carente.

Quem quiser saber mais sobre a instituição basta visitar <http://focinho.carente.zip.net/>. A WSPA está em <http://www.wspabrasil.org/>.

Maria Isabel Barbosa Peres é esposa do Promotor de Justiça Tadeu Almeida Peres.



Fotos Divulgação



### Política

A WSPA é uma entidade internacional, fundada em 1982, que trabalha mundialmente na proteção animal. Sua missão está espalhada por todas as regiões do mundo onde há poucas formas, ou nenhuma de proteção animal. Atua em 154 países, através de mais de 950 organizações afiliadas, sendo responsável por projetos diretamente ligados aos animais. Na política, propõe novas formas de pensar e orientar os povos, na conscientização da necessidade de se respeitar os animais e a natureza, como um todo.

# 16 km já não assustam mais

Até pouco tempo, pensar em correr 10 km parecia impossível. Uma distância quase intransponível. Mas com os treinos, dedicação, comprometimento e preservando a saúde e o bem-estar, os atletas da AMMP aumentaram suas distân-

cias. E, nesse embalo, Belo Horizonte ganhou provas com percursos mais longos.

No dia 19 de setembro, a capital mineira sediou a Corrida Mizuno 10 Milhas, o equivalente a 16 km. Vários atletas da

AMMP marcaram presença e fizeram bonito. O céu nublado não impediu que o calor castigasse os participantes e aumentasse o desafio. Acesse o site da AMMP, participe das atividades e tenha mais saúde.



Divulgação

## Fim de ano repleto de atividades

O ano de 2010 passou voando e teve início o último trimestre. Com isso, o verão se aproxima e é hora de aumentar o ritmo.

A preocupação com o corpo em forma e livre das gordurinhas lota as academias e pistas de corrida por todo o país. Mas para enfrentar a estação do ano preferida dos brasileiros, são necessários alguns cuidados:

- procure ter uma alimentação leve, com muita fruta, legumes e verduras;
- beba muita água. Alguns especialis-

tas recomendam o mínimo de três litros diários. Abuse também dos sucos naturais de fruta;

- evite alimentos gordurosos e dê preferência às carnes grelhadas ou assadas.

E se você deixou para cuidar da saúde na última hora, ainda dá tempo. Até dezembro, a AMMP oferece várias atividades e modalidades para que você se prepare e entre no verão com a saúde em dia. **Anote aí:**



Simone Montez

### Outubro

- **23 - Fila Night Run** – Inscrições no site [www.nightrun.com.br](http://www.nightrun.com.br). A largada está marcada para as 19h30 na nova praça da Pampulha e é disputada em percursos de 5 e 10 km.
- **Amistoso futebol AMMP x PIC** – Amistoso preparatório para as categorias Força Livre, Máster e Super Máster visando o IX Torneio Nacional de Futebol Society. As partidas serão no PIC Pampulha às 10h.  
**Informações (31) 2105-4872.**

### Novembro

- **De 11 a 15 - Torneio de Futebol Society** – Realizado em João Pessoa, na Para-

íba, a equipe da AMMP tentará o inédito primeiro lugar. Inscrições devem ser feitas pelo e-mail: [comunicacao@ammp.org.br](mailto:comunicacao@ammp.org.br) ou pelo telefone (31) 2105-4878.

- **20 e 21 - Torneio AMMP de Tênis** – Em 2010, o torneio de Tênis da AMMP promete grandes jogos e revanches eletrizantes. Informações pelo telefone (31) 2105-4872.
- **21 - BH 10k** – Mais uma tradicional corrida de rua também já tem data definida. As inscrições podem ser feitas no site [www.jjseventos.com.br](http://www.jjseventos.com.br).
- **28 - Adidas Verão.** Uma das provas mais esperadas do ano será realizada em

novembro. O circuito das Estações Adidas completa mais um ciclo de provas com a etapa Verão, disputada com percursos de 5 e 10 km. As inscrições podem ser feitas no site [http://o2porminuto.uol.com.br/circuitodasestacoes/bh/home\\_bh.html](http://o2porminuto.uol.com.br/circuitodasestacoes/bh/home_bh.html).

### Dezembro

- **5 - Volta Internacional da Pampulha** – E, para fechar o ano com chave de ouro, nada melhor que uma prova de média distância. A Volta Internacional da Pampulha coroa a participação dos atletas da AMMP com uma grande festa na orla da lagoa. As inscrições também estão abertas. Acesse o site [www.yescom.com.br](http://www.yescom.com.br) e garanta a sua.